Pregão	90051/2025
Data de Abertura	21/05/2025
Empresa	IN-HAUS INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE LOGÍSTICA S/A
CNPJ	05.208.211/0001-38

Check List Relativo às planilhas de Formação de Custos				
1.	Verificações prévias	Sim	Não	Não se aplica
1.1	Edital exige salários mínimos?	x		
1.2	Há exigência de valores mínimos de benefícios?	x		44,07 para vale alimentação
1.3	Há condição diferenciada de férias (períodos de recesso sem exigência de substituição, etc.)?	x		
2. Verificações na planilha				
2.1	Em caso de resposta positiva ao item 1.1, a proposta atende aos valores mínimos de salários definidos no edital?	x		
2.2	Foi apresentada a CCT a qual se vincula a empresa (CLT art. 511 § 2º)?	x		
2.3	Caso a empresa tenha se declarado desonerada (percentual de INSS no módulo 4.1 zerado), os valores da proposta estão abaixo dos valores estimados para empresas desoneradas (no edital, estes valores são diferentes dos valores estimados para empresas sem este benefício)?			x
2.4	Em caso de resposta negativa ao item 1.1, a proposta atende aos pisos salariais estipulados na CCT apresentada?			x
2.5	O RAT apresentado na proposta condiz com o SAT/RAT associado ao CNAE PREPONDERANTE na GFIP da empresa (vide Anexo V do RPS (Decreto nº 3048/99) c/c Anexo I da IN RFB 1.027/2010 e Anexo I da IN RFB 1.071/2010)?	x		
2.6	Caso haja incidência de FAP sobre o RAT, foi apresentado o comprovante?	x		
2.7	Foi apresentado o memorial de cálculo de cada percentual constante nas planilhas de formação de custos, bem como de cada item cotado nos módulos 2 e 3 (equipamentos, uniformes, EPIS, etc)?		x	A licitante deve apresentar a listagem de uniformes e EPIS que irá fornecer. Destaca-se que essa listagem deverá responder a planilha 8 do anexo 2 do edital. Além disso, a listagem deve conter os valores unitários de cada peça, a multiplicação pelas suas respectivas quantidades e o "rateio" pelos meses de execução contratual e postos de trabalho previstos. Ademais, solicita-se que a licitante apresente os valores como apenas um item: "Uniformes e EPIS", da forma como foi realizada a estimativa, pois isso facilitará o controle por parte da Gestão Contratual, além de que esses itens estão apresentados em apenas um quadro disponível no anexo 2 do edital.
2.8	Caso haja adicional noturno, o mesmo foi calculado corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou memorial de cálculo pelo padrão da CLT, adaptado à situação da contratação)?		x	Os itens que preveem esse adicional foram apresentados com os valores corretos. Contudo, os valores foram apenas digitados na planilha, sem a aplicação da fórmula devida. Assim, solicita-se que a licitante apresente a fórmula de cálculo, uma vez que será aquela utilizada durante toda a execução contratual.
2.9	Caso haja adicional de periculosidade, o mesmo foi calculado corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou em CLT, onde a base da cálculo deve ser o salário base)?			x
2.10	Caso haja adicional de insalubridade, o mesmo foi calculado corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou em CLT, onde a base da cálculo deve ser o salário mínimo vigente)?			x
2.11	Caso haja cotação de horas extras de forma habitual, estas foram calculadas corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou em CLT)?			x
2.12	Caso haja cotação de materiais ou equipamentos, foram observadas as condições de depreciação estipuladas pela ADVOSF)?	x		
2.13	Caso a empresa tenha se declarado desonerada (percentual de INSS no módulo 4.1 zerado), foi apresentada a fundamentação legal e cotado corretamente o INSS sobre o faturamento? Os percentuais de desoneração estão corretos?			x
2.14	Os cálculos estão efetuados corretamente, de acordo com a planilha padrão de conferência (incluindo cálculo de impostos "por dentro" e cálculo de percentuais de despesas administrativas e lucro na forma definida na IN 02/2008, ou seja, despesas administrativas incidem sobre o total dos módulos 1 a 4; lucro incide sobre o total dos módulos 1 a 4 acrescidos das despesas administrativas; impostos incidem sobre o valor final)?		x	Em diversos módulos, a licitante não realizou os cálculos com a aplicação das fórmulas devidas, ou seja, apenas digitou os valores manualmente. No módulo 2, deverá incluir as fórmulas de VT e VA de acordo com os dias úteis de trabalho previstos para cada cargo. Isso irá corrigir a falta da aplicação do desconto de 6% sobre o salário-base, o qual não foi aplicado, no item 1.8 - Auxiliar de Manutenção. Nos módulos 4.2, 4.3 e 4.4, deverá realizar a multiplicação dos percentuais indicados na "coluna c" pela remuneração. Essa ausência de cálculos está causando diferenças de arredondamentos.
2.15	Os percentuais de aviso prévio trabalhado e indenizado e de suas respectivas multas são coerentes com a sistemática explanada pela SCISF?	x		
2.16	Os cálculos de arredondamento são condizentes com as disposições do Ato nº 20 de 2010 do Primeiro-Secretário (inclusive no resumo)?		x	Solicita-se que a licitante utilize arredondamento "Z" na fórmula do "arred" em todos os cálculos que envolvam moeda (coluna D das planilhas dos postos) em vez de "7". Ex: =ARRED(C61*(D515-D513);7)
2.17	Os benefícios previstos em CCT estão cotados na proposta (observar que o Plano de Saúde na CCT do SEAC/SINDISERVIÇOS não pode ser aceito, tendo em vista o posicionamento da ADVOSF)?	x		A licitante cotou os benefícios conforme a estimativa realizada. Cabe destacar que para os itens 1.2 e 1.3 houve a estimativa de utilização de auxílio-creche no percentual de 10% dos funcionários e a licitante manteve esse valor. Cabe destacar que, de acordo com o edital, tais valores não poderão ser objeto de repactuação futura, caso haja erro de dimensionamento na proposta: PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de: I - Eventual equívoco no dimensionamento das quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação; II - Erro de indicação de Convenção Coletiva de Trabalho.
2.18	Caso não cotado algum benefícios previsto em CCT, há justificativa válida apresentada pela empresa?			x
2.19	Há alguma categoria com fator K superior a 2,70 sem justificativa plausível (caso haja, deve ser pedida redução dos valores à empresa)?		x	
2.20	No caso da empresa se beneficiar da desoneração, mesmo que o fator K seja menor que 2,70, há valores abusivos de lucro, despesas administrativas ou quaisquer outros elementos da planilha (caso haja, deve ser pedida redução dos valores à empresa)?			x
2.21	Os percentuais decorrentes de obrigação legal foram cotados corretamente?	x		
2.22	Os percentuais decorrentes de dados estatísticos foram calculados corretamente e possuem justificativas plausíveis?	x		
2.23	No caso de haver outros itens na contratação sem relação com terceirização, os cálculos aritméticos foram efetuados corretamente?	x		
2.24	As verbas variáveis foram calculadas de acordo com o número de dias considerados usualmente pelo Senado (22 dias para 2ª a 6ª; 15 dias para escala 12x36; 26 dias para 2ª a sábado)? Em caso negativo, foram apresentadas as devidas justificativas?	x		
2.25	Foi cotada indevidamente Contribuição Assistencial?		x	
2.26	O valor do auxílio-alimentação obedece ao estipulado pela decisão da Comissão Diretora do Senado Federal (R\$ 44,07 ao dia por empregado, no mínimo)	x		
2.27	A planilha foi apresentada na forma mais atualizada?	x		

(assinado eletronicamente)

Charles da Cruz

Serviço de Elaboração de Estimativas de Custos - SELESC